

Desenvolvimento e ciências humanas

Análise

Gustavo Lins Ribeiro
Para o Valor, de Brasília

A exclusão das ciências sociais e humanas do programa Ciência sem Fronteiras torna necessário explicitar sua importância estratégica. Desenvolvimento é promessa de bem-estar e corrida competitiva. Claro que para estarmos bem necessitamos de condições materiais adequadas. Talvez por isso sempre que se fale de desenvolvimento se pense, primeiro, em condições materiais e, depois, em saúde. Mas, como o desenvolvimento sempre se dá de forma desigual e combinada, é comum existirem lugares que proveem melhor bem-estar material e saúde do que outros. Dessa forma, se deseja aquilo que foi feito em algum outro local para que possamos igualar-nos em uma competição que parece não ter fim. As engenharias, com seu interesse imediato voltado ao tecnológico e ao mundo das coisas e seu funcionamento, assim como as ciências da vida e da terra, estão diretamente relacionadas a tais desideratos.

Mas de que valem saúde e infraestrutura invejáveis se as pessoas não se localizarem no mundo em que vivem, se não souberem o que fazer de suas condições imediatas? Pior ainda, como chegar a esse mundo supostamente aconchegante e perfeito se não tivermos pessoas que consigam operá-lo, criticá-lo e contribuir para o seu aperfeiçoamento? Afinal, “desenvolvimento” ocorre em situações específicas, em lugares com pessoas, histórias e culturas concretas. Operar (n)esse mundo, vivê-lo, imaginá-lo para aperfeiçoá-lo, não são tarefas redutíveis às técnicas e aos laboratórios. Inovação e criação implicam condições sociais e subjetivas incapazes de ser determinadas por fórmulas ou por tabelas de elementos químicos.

Desenvolvimento é um objetivo mundial. Mas, pela via pacífica e democrática, como alcançá-lo sem conhecer a cultura, as relações sociais, econômicas, a política e a história do povo que deve abraçá-lo? Aqui, não adianta chamar engenheiros, biólogos, matemáticos, químicos ou físicos. É óbvio que a vida social, cultural, política e psíquica, com sua imensa complexidade, não se reduz a átomos, a estradas, portos, hidrelétricas ou estádios. O desenvolvimento de um país, de suas diferentes regiões ou de uma localidade não pode ser pensado apenas como um problema de engenharia, de biologia ou de agronomia. Se assim o fosse, ao lado de cada grande projeto de desenvolvimento ou de cada grande plantação

de soja engenheirada haveria um paraíso.

As ciências sociais e humanas — e também as artes — são fundamentais para o desenvolvimento, porque ele envolve múltiplas dimensões do humano, da nossa experiência com os outros, do nosso entendimento do que é a boa vida, do que é o certo e errado no coletivo político e social, das normas que implementamos para lidar com as nossas diferenças e com os conflitos internos e externos ao país. Um país sem história, sem memória, sem literatura, sem arte, sem intérpretes de suas características culturais, sociais, econômicas, jurídicas, psicológicas, seria apenas uma colônia dos pensamentos de outrem. Em tal cenário, não pode haver inovação, porque aqueles que não pensam coletiva e diferenciadamente por si mesmos nada criarão.

Na verdade, “desenvolvimento” enquanto categoria fundamental da vida política situa-se plenamente no reino das humanidades. Quando se trata de transformar e aperfeiçoar o conteúdo da ideia de desenvolvimento enquanto discurso programático a ser implementado por todos, Estado e sociedade civil, a capacidade de inovação vem das ciências sociais e humanas, com seus compromissos com a igualdade e o bem-estar coletivo, como provam reiteradamente os debates sobre inclusão social que terminam por se concretizar em experiências como o Bolsa Família ou em posicionamentos sobre a necessidade de distribuição de renda, de respeito à diferença e defesa do ambiente.

Como “desenvolvimento” não paira acima da vida social, é afetado profundamente pelas ideologias e utopias do seu tempo e, aqui, de novo, as humanidades cristalizam e operacionalizam novas formulações, como ilustram as concepções de desenvolvimento humano, de desenvolvimento como liberdade e as lutas por direitos humanos.

Momentos de crises políticas como o que atravessamos tornam óbvia a necessidade por pensadores do social

Não resta dúvida de que desenvolvimento implica transformações e aperfeiçoamentos materiais e que o país precisa de mais cientistas e engenheiros. Mas mudanças nas subjetividades, nos contextos e relações sociais; aperfeiçoamentos institucionais, normativos; o aumento do entendimento da complexidade lógica, estética, cultural, econômica e política do mundo contemporâneo são tão importantes quanto transformações materiais.

O que seria de um país “desenvolvido” sem antropólogos e sociólogos para compreender suas desigualdades, suas diferenças, seus contrastes, formular imagens, narrativas e soluções para nós mesmos? Sem cientistas políticos que discutam a vida política e institucional? Sem pesquisadores de relações internacionais que debatam as novas inserções no mundo globalizado? Imaginem se não houvesse advogados para manter e aperfeiçoar o estado de direito, economistas e administradores para compreender e gerir a vida econômica e institucional, historiadores que perscrutassem nosso passado, psicólogos que se dedicassem à nossa saúde mental, estudiosos da literatura, jornalistas, geógrafos, linguistas, músicos, pintores, atores.

A lista é extensa e poderia em muito ser ampliada. Ao mesmo tempo, é preciso rever a concepção de inovação como um fenômeno exclusivamente restrito ao laboratório. Inovação depende de uma economia criativa, na qual a intelectualidade e os artistas, os especialistas do humano e da imaginação, têm papel central.

O Brasil certamente seria um país menor, menos imaginativo, sem Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Cora Coralina, Celso Furtado, Sobral Pinto, Nise da Silveira, Florestan Fernandes, Milton Santos, para mencionar uns poucos entre os nossos mais brilhantes intelectuais já mortos.

Momentos de crises políticas como o que atravessamos tornam óbvia a necessidade por pensadores do social. Um país sem inteligência nas áreas de humanas se reduz a uma visão material que, ainda que necessária, sozinha é pobre e está longe de esgotar qualquer concepção de bem-estar social e felicidade que inclua as pessoas e a vida social como totalidades complexas.

Gustavo Lins Ribeiro é presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) ■